



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

Procedimento Licitatório nº 24/2026

TIPO:– menor preço por item

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS – ☐ SIM ☒ NÃO

MODO DE DISPUTA ABERTO

O **MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG**, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) **Irineu Silva Junior** e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, com critério de julgamento: **MENOR PREÇO – ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e as exigências estabelecidas neste Edital.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: até às 08h59min do dia 22 de junho de 2026.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA DISPUTA DE LANCES: Dia 22 de junho de 2026 às 09h00min

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

O encaminhamento das propostas exclusivamente pela plataforma digital deverá ser efetuado até a data e horários fixados para abertura das propostas comerciais.

Após a abertura das propostas comerciais via plataforma digital, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da **LICITANET**.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor do **Município de Pimenta/MG**, denominado (a) Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados exportados, gerados e/ou transferidos para a Plataforma de Pregão Eletrônico constante da página eletrônica da **LICITANET no site:** www.licitanet.com.br



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio, destinados à estruturação e aparelhamento das unidades de educação infantil da rede municipal de ensino do Município de Pimenta/MG.**

1.2. A licitação será por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.1. Os licitantes deverão oferecer proposta para todos os itens de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. A participação nesta licitação é restrita aos interessados cujo ramo de atividade seja compatível¹ com o objeto desta licitação e que sejam empresas previamente credenciadas na Plataforma de Pregão Eletrônico da LICITANET não sendo concedido exclusividade ou reservada de cota ² à participação microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas nos termos do Art. 48, I e Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da

¹**Nota Explicativa:** O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica. Nesse sentido o Tribunal de Contas da União, Acórdão 642/2014-Plenário.

² **NOTA EXPLICATIVA:** registra-se a impossibilidade de aplicação do tratamento diferenciado previsto nos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, referente à realização de procedimento com participação exclusiva ou à reserva de cota destinada às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas. Na fase preparatória da contratação não foram identificados, no mercado local ou regional, ao menos três fornecedores competitivos enquadrados nessas categorias, atuantes no ramo pertinente ao objeto e aptos à execução contratual. Nessas circunstâncias, a adoção de licitação exclusiva ou de cota reservada poderia comprometer a competitividade do certame e ocasionar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, razão pela qual o procedimento será conduzido com participação ampla dos fornecedores aptos, em observância ao interesse público e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio³;

2.6.10. Pessoa física;

2.6.11. Organizações da sociedade civil de interesse público - oscip, atuando nessa condição;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente

³ **Nota Explicativa:** No presente caso, a opção pela vedação fundamenta-se na natureza e na dimensão do objeto contratual, cuja execução revela-se compatível com a atuação individual de empresas do ramo, não se identificando complexidade técnica ou vulto econômico que justifique a formação de consórcio. A medida busca preservar a competitividade do certame, a simplicidade da execução contratual e a adequada responsabilização dos contratados perante a Administração.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

através de Plataforma de Pregão Eletrônico, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados da plataforma credenciada:

3.2.1. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante.

3.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, dentro da vigência do plano contratado pelo licitante, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto à plataforma de pregão eletrônico e/ou canceladas por solicitação do licitante.

3.4. A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET, sendo que a nova senha será enviada por via de e-mail, de forma imediata.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O cadastramento do licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

3.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET - licitações online: www.licitanet.com.br: (34) 99807-6633 e (34) 3014-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

3.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.9.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até o prazo final para acolhimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. O envio dos documentos de habilitação somente estará disponível após o encerramento do envio de lances e negociação dos preços com a licitante melhor classificada.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.10. No cadastramento da proposta inicial (ou dos documentos de habilitação, conforme o caso), o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.10.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.10.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

4.10.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.10.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.11. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.12.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.13. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.10 ou 4.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.17.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.17.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.⁴

4.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.18.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.18.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.17 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, no que couber:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

⁴ **Nota explicativa:** O [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), admite que o licitante utilize do sistema oficial para estabelecer previamente seus lances, inclusive o lance mínimo ou o maior percentual de desconto, de modo que o sistema automaticamente receba os lances sem a necessidade de inserção manual a cada lance. A utilização desse instrumento é uma faculdade oferecida ao licitante.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte dos contratados, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7. DO MODO DE DISPUTA



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

7.1. Modo de disputa aberto:

7.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores⁵ entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (Um real).

7.1.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.1.3. Prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.1.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.1.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.1.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) Pregoeiro (a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.4. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.6. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço - item*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira

⁵**Nota Explicativa:** Adotado o modo de disputa aberto, a previsão de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 c/c com art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.10. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.13.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.13.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.13.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

7.13.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.13.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.13.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.13.2.2. Empresas brasileiras;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

7.13.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.13.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.14.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14.2. O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.15. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) solicitará e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DO CADASTRO NO HABILITANET – HABILITAÇÃO

9.1. O HABILITANET constitui um módulo de registro cadastral da LICITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa.

9.1.1. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, poderá ser comprovada por meio de regular inscrição cadastral no HABILITANET, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame⁶ ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro de Fornecedores do Município, bem como:

9.2.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU

(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2::NO:RP,2::>);

9.2.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.2.4. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do HABILITANET, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.3.1. O interessado, mediante utilização do sistema, deverá anexar os documentos de habilitação na plataforma no momento em que for convocado pelo pregoeiro a atender às condições exigidas no item 9, no HABILITANET.

9.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo (a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s)

⁶ **Nota explicativa:** A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019 e § 2º, do Art. 43, do decreto Municipal nº 2584/2021.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação e/ou desclassificação.

9.5. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico utilizado para a condução do certame, a proposta de preços ajustada ao valor final ofertado na fase de lances, contendo os preços unitários e globais com até duas casas decimais, bem como a indicação da marca, quando aplicável, para verificação de conformidade com as disposições deste Edital.

9.5.1. Os documentos de habilitação serão apresentados em formato digital por meio do sistema eletrônico, admitindo-se a verificação de sua autenticidade mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores ou mediante utilização de mecanismos de validação eletrônica.

9.5.2. Na hipótese de dúvida fundada quanto à autenticidade ou à integridade dos documentos apresentados, poderá ser realizada diligência pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela Comissão de Contratação, inclusive mediante solicitação de documentos complementares ou confirmação junto ao órgão emissor, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar via plataforma digital, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8.1. Habilitação jurídica:

9.8.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

9.8.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.8.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.8.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ**;

9.8.2.2. Prova **de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.8.2.3. Prova de regularidade fiscal perante **a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

9.8.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.8.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.8.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.8.2.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006, deverá apresentar:

9.8.2.8.1 Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial, ou, Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ou, **Declaração de Microempreendedor Individual**, ou, documento legal hábil a comprovar a condição ME ou EPP, emitida no exercício corrente.

9.8.2.8.2 O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.8.3. Qualificação Econômico Financeira

9.8.3.1. Certidão Civil Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de Falência e Concordata, datada de no **máximo 90 (noventa) dias** corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

9.8.4. Qualificação Técnica

9.8.4.1. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução/entrega satisfatória do objeto e/ou de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado;

9.9. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando for exigido.

9.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.17. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

9.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.19.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.19.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.21 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.1.

9.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.23. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.24. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Ao licitante declarado vencedor será concedido o prazo de 2 (duas) horas (que poderá correr simultaneamente à convocação para apresentação dos documentos de habilitação), a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a), no sistema eletrônico, para apresentação da proposta final ajustada ao valor do último lance, sob pena de desclassificação e deverá atender às seguintes condições:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, sendo preferível a assinatura eletrônica.

10.2. Com o intuito de oferecer agilidade ao processo de pagamento, a proposta final da licitante poderá **conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.**

10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

à Contratada, se for o caso.

10.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inc. II, art. 12, da Lei nº 14.133/21).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.8. Dispensa-se o envio da proposta ajustada, em via original, tendo em vista o envio da proposta na plataforma eletrônica, sendo que esta proposta final levada aos autos será utilizada no decorrer da execução do contrato.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao (a) Pregoeiro (a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3.1. Nesse momento, o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso⁷.

11.3.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

⁷**Nota explicativa:** no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

11.3.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos (HABILITANET), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento, habilitação e recursal, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade competente**, a quem caberá, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, **adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o resultado do procedimento licitatório**, após a verificação da regularidade dos atos praticados.

13.2. Após a homologação será firmado contrato ou emitido instrumento equivalente para aquisição dos itens registrados.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 A (s) projeção (s) da (s) despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação (s) orçamentária (s) própria (s), consignada (s) no orçamento municipal para o exercício corrente, na (s) seguinte (s) rubrica (s):

Ficha 346 - 02.04.03.12.365.0006.1016.4.4.90.52.00 - F.R. 1.500.000
Ficha 346 - 02.04.03.12.365.0006.1016.4.4.90.52.00 - F.R. 1.570.000
Ficha 346 - 02.04.03.12.365.0006.1016.4.4.90.52.00 - F.R. 1.571.000
Ficha 346 - 02.04.03.12.365.0006.1016.4.4.90.52.00 - F.R. 1.569.000
Ficha 355 - 02.04.03.12.365.0006.2054.3.3.90.30.00 - F.R. 1.569.000
Ficha 355 - 02.04.03.12.365.0006.2054.3.3.90.30.00 - F.R. 1.550.000
Ficha 160 - 02.03.01.12.361.0004.2028.3.3.90.30.00 - F.R. 1.500.000
Ficha 313 - 02.04.03.12.361.0006.2047.3.3.90.30.00 - F.R. 1.550.000

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

15.1. As regras acerca do reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro em sentido geral, do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

19.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

19.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

20.3.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após negociação;

19.3.1 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.3.2 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.3.3 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

19.3.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.3.5 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

19.3.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

19.3.7 Fraudar a licitação

19.3.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.3.8.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.3.8.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.3.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.3.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.4 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.4.1 Advertência;

19.4.2 Multa;

19.4.3 Impedimento de licitar e contratar e

19.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

19.5.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

19.5.2 As peculiaridades do caso concreto.

19.5.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

19.5.4 Os danos que dela provierem para a administração pública.

19.5.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.6.1 Para as infrações previstas no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

19.6.2 Para as infrações previstas no art. 155, IV à VIII da Lei 14.133/21, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

19.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no art. 155, VIII à XII da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no art. 155, VIII, IX, X, XI e XII da Lei 14.133/21 bem como pelas infrações administrativas previstas no art. 155, II, III, IV, V, VI e VII da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

19.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

19.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 21.2 A impugnação poderá ser realizada, exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET;

20.3 Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6 O (a) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

20.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

21 DA PUBLICIDADE

21.1 O aviso deste pregão será publicado no Diário Oficial da União – DOU; Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – IOFMG, Diário Oficial Eletrônico do Município de Pimenta nos termos da Lei Municipal 2.004/2021, como também, disponibilizado por meio do site: www.licitanet.com.br e publicado no site oficial do município: www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/.

22 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

22.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

22.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

22.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

22.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

22.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

22.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.3.1 quando o licitante vencedor não assinar o contrato e/ou a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

22.3.2 quando houver o cancelamento do contrato e/ou do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

22.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

22.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

22.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 O contrato terá vigência por um período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21.

23.11 Havendo a celebração do contrato, o mesmo poderá ser renovado nos termos do Art. 107, da Lei 14.133/21, “Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

23.11.1 Após o décimo segundo mês de vigência do contrato os preços poderão ser reajustados pela aplicação do INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

23.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.13 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/ e site www.licitanet.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida JK, nº 396, Centro, Pimenta/MG, CEP: 35.585-000, nos dias úteis, no horário das 07h00min às 16h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do Procedimento Licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.14.1 ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

23.14.2 ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

Pimenta/MG, 08 de junho de 2026.



Assinatura Eletrônica por: Irineu Silva Junior,
em: 08/06/2026 15:05:36 - Operario Serviços
Gerais, CPF: ***.298.186**. Hash:
9f61408e3afb633e50cdf1b20de6f466&t=int

Irineu Silva Junior

Pregoeiro



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 16.725.962/0001-48 com sede administrativa na Avenida JK, nº 396, na cidade de Pimenta – MG, neste ato representado pelo Prefeito, **Geovanio Gualberto Macedo – Matrícula 2737-9.**

CONTRATADA:, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **xx.xxx.xxx/xxx-xx**, sediada na Rua, município de, CEP xx.xxx-xxx. Fone: (xx) x-xxxx-xxxx. E-mail: neste ato representada por pessoa física inscrita, residente e domiciliado na Rua, xx, Bairro:, cidade de, CEP xx.xxx-xxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

I. Este contrato tem como fundamento a Lei 14.133/21 e visa principalmente a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e observará os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e dos que lhes são correlatos.

II. O presente contrato reger-se-á por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhe supletivamente, especialmente os casos omissos, o princípio da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado

III. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e as cláusulas e condições descritas no presente, conforme **Pregão Eletrônico nº 0xx/20xx**, vinculando-se ao referido Edital.

IV. Este contrato tem regime de **Execução Indireta** nos termos da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

I. Constitui objeto do contrato a Aquisição de, nos termos do **Procedimento Licitatório nº 0xx/20xx**, modalidade **Pregão Eletrônico nº 0xx/20xx**.

II. Do detalhamento do objeto e do preço médio:

Item	Descrição	Unid	Quant.	V. Unit	V.Total
VALOR GERAL		R\$			



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

I. O contrato terá vigência por um período 12 (doze) meses, com termo inicial a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21 e Legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

I. A execução se dará nos exatos termos do edital do **Pregão Eletrônico 0XX/202X e seu Termo de Referência, como se neste estivessem transcritos.**

II. O objeto deste contrato, deverá ser executado pela contratada em estrito acordo com as condições estabelecidas na cláusula primeira e Anexos do edital que o originou como se neste estivessem transcritos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

I. O Contratante pagará à Contratada o valor global de **R\$ XX.XX,00** (.....), no qual já estão inclusos todos os tributos e encargos sociais, bem como, quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto do presente contrato.

II. O pagamento será efetuado pelo Município de PIMENTA, no prazo de até o após recebimento definitivo dos bens.

III. Caso verifique irregularidades na emissão da(s) **Nota(s) Fiscal(s)**, será feita a devolução e solicitada outra(s) **Nota(s) Fiscal(s)**, ficando, sem qualquer custo adicional para o Contratante que prorrogará o prazo de pagamento proporcionalmente à sua regularização.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I. Os Preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

a) Excetuando a regra de reajuste prevista no item anterior, o preço do objeto da presente licitação poderá ser alterado, nos casos de fatos imprevisíveis, previsíveis, mas de consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe para manutenção do equilíbrio econômico financeiro do Contrato.

b) Para que se delibere quanto ao equilíbrio econômico financeiro, a contratada deverá encaminhar, à Administração Pública contratante, ofício solicitando a alteração de preços juntamente com documentação comprobatória e hábil para verificação do desequilíbrio econômico financeiro.

c) É facultado ao Município, antes da apreciação do pedido de realinhamento, verificar se o percentual de equilíbrio solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.

II. Aplica-se o especificado acima para supressão do valor, devendo a contratada informar à contratante que houve supressão do valor.

III. Após o décimo segundo mês de vigência, em havendo prorrogação nos termos da Lei Federal 14.133/21, os preços poderão ser reajustados pela aplicação do INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

I. As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias consignada no Orçamento do Município de Pimenta/MG no exercício em curso:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

I. Do Contratante

- a) Emitir a Nota de Empenho e proceder à assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- c) Exercer a fiscalização da execução e a gestão contratual por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/21;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
- e) Efetuar os pagamentos na forma e prazo estabelecidos no Contrato.

II. Da Contratada

- a) Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições neste estabelecidas;
- b) Coordenar, supervisionar e executar, sob sua exclusiva responsabilidade, a qualidade dos equipamentos, bem como, expressamente reconhecer e declarar que assume as obrigações decorrentes do contrato.
- c) Arcar com todos os encargos fixados pelas Leis Trabalhistas e Previdenciárias, para seus empregados/técnicos envolvidos na execução do objeto.
- d) Seguir toda a legislação vigente, em especial a CLT, no que diz respeito à segurança e higiene do trabalho.
- e) Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- f) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 1. Apresentar documentação exigida no Termo de Referência.
 - 2. Arcar com todas as despesas de tributos e encargos sociais que incidirem sobre a execução dos serviços;
 - 3. Arcar com todas as despesas de transporte, hospedagem, alimentação e deslocamento para prestação dos serviços;
 - 4. No caso da necessidade de auxílio na execução dos trabalhos, fica em responsabilidade da contratada, a admissão do auxiliar, a cobertura de suas despesas, o fornecimento de todo o material necessário para execução do trabalho o fornecimento de EPI's (equipamento de proteção individual) zelando pela qualidade do trabalho realizado.
 - 5. Efetuar a prestação do serviço em estrita observância com a solicitação e especificações do Edital e da proposta.
 - 6. Executar o objeto dentro das normas de segurança e em qualidade igual ou superior ao esperado pela contratante.
 - 7. Responsabilizar-se pelos serviços mal executados;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

- 7.1 As obrigações da contratada implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, o serviço em desacordo.
8. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto.
9. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
12. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- I. A inexecução total ou parcial de quaisquer das cláusulas do presente, enseja a sua rescisão, com as consequências nele previstas, em lei ou regulamento, podendo este instrumento contratual firmado, ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 da Lei no 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- I. O contratado/detentor que ensejar o retardamento da execução do objeto/serviço, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública contratante e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores deste órgão pelo prazo de até 05 (cinco) anos nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais previstas nos Art. 156 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CRIMES E DAS PENALIDADES

- I. O contratado/detentor que cometer fraude ao contrato (Art. 337-L da Lei 14.133/21) ou que declarado inidôneo, venha contratar com a Administração Pública (Art. 337-M, §2º da Lei 14.133/21) se sujeita às penas previstas na Lei 14.133/21, Título V, Capítulo II-B no que se refere aos crimes em licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

I. Não haverá exigência de garantia contratual nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/21, dos bens/serviços contratados na presente contratação tendo em vista que o(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) após a entrega e aceitação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

I. As PARTES, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgão reguladores e/ou fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei Federal nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. A Contratada tem pleno conhecimento de todos os itens e anexos expressos no **Pregão Eletrônico nº 0xx/20xx**, a eles se obrigando como se neste estivessem transcritos, inclusive quanto à obrigatoriedade de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

II. O contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

I. Fica eleito o foro da Comarca de Formiga/MG, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.

II. E por estarem justos e contratados, firmam o presente dispensando-se as testemunhas⁸, para que produza seus efeitos legais.

Pimenta/MG, xx de xxxxxx de 20xx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - Representante legal

CONTRATADA

Município de Pimenta/MG

CNPJ: 16.725.962/0001-48

Geovanio Gualberto Macedo - Prefeito Municipal

CONTRATANTE

⁸ Nota Explicativa: dispensado o acolhimento de 2 testemunhas, conforme entendimento do STJ no REsp no 1.495.920/DF.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

**TERMO DE REFERÊNCIA nº 031/2026****1. DO OBJETO**

Aquisição de mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio, destinados à estruturação e aparelhamento das unidades de educação infantil da rede municipal de ensino do Município de Pimenta/MG, em especial das unidades vinculadas ao Programa Proinfância, conforme Termo de Compromisso PAR nº 202300141, firmado com o FNDE.

2. DO QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

2.1. A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.2. Os itens, bem como suas especificações técnicas e quantitativos estimados, encontram-se consolidados em tabela própria constante neste Termo de Referência, elaborada com base nos padrões estabelecidos pelo FNDE no âmbito do Programa Proinfância.

ITEM	CUC	PRODUTO/ DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
1	036287	MESA DE TRABALHO – M6 Mesa de trabalho destinada a ambientes administrativos ou pedagógicos, confeccionada em painel de madeira reconstituída tipo MDF ou MDP com revestimento melamínico em ambas as faces. Estrutura em aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó, dotada de sapatas niveladoras. Dimensões compatíveis com uso adulto em ambiente escolar.	UNID.	6	R\$ 276,38	R\$ 1.658,28
2	036288	ESCORREGADOR GRANDE – EG Escorregador infantil para playground escolar, confeccionado em polietileno rotomoldado ou material equivalente de alta resistência, com escada de acesso dotada de degraus antiderrapantes e corrimãos laterais de segurança, superfície de deslizamento lisa e bordas arredondadas.	UNID.	1	R\$ 837,43	R\$ 837,43
3	036289	CASA DE BONECAS – CS Brinquedo recreativo tipo casa infantil para atividades lúdicas, confeccionado em material plástico resistente ou equivalente, com estrutura estável, paredes laterais e aberturas simulando portas e janelas, superfícies lisas e cantos arredondados.	UNID.	1	R\$ 5.727,60	R\$ 5.727,60
4	036290	GIRA-GIRA CARROSSEL – CR	UNID.	1	R\$ 1.995,06	R\$ 1.995,06



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

		Equipamento recreativo tipo carrossel infantil para playground, confeccionado em estrutura metálica com tratamento anticorrosivo e pintura resistente, plataforma circular antiderrapante e barras de apoio para segurança das crianças.				
5	036291	BALANÇO 4 LUGARES – BA Balanço infantil para playground com capacidade para quatro usuários simultâneos, estrutura metálica reforçada com tratamento anticorrosivo e pintura resistente, assentos em material plástico ou borracha de alta durabilidade.	UNID.	1	R\$ 3.026,78	R\$ 3.026,78
6	036292	ARMÁRIO EM AÇO 16 PORTAS – AM1 Armário metálico confeccionado em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática, dotado de dezesseis portas individuais com ventilação e sistema de fechamento.	UNID.	1	R\$ 845,80	R\$ 845,80
7	036293	CADEIRA FIXA – C8 Cadeira fixa para uso administrativo ou pedagógico, com estrutura metálica tubular com pintura eletrostática e assento e encosto em material resistente, garantindo ergonomia e durabilidade.	UNID.	4	R\$ 116,25	R\$ 465,00
8	036294	MESA PARA REFEIÇÃO – M8 Mesa destinada a refeitórios escolares, com tampo em MDF/MDP revestido em laminado melamínico ou material equivalente e estrutura metálica com pintura eletrostática.	UNID.	1	R\$ 503,91	R\$ 503,91
9	036295	CONJUNTO REFEITÓRIO 3 – CJR03 Conjunto composto por uma mesa e quatro cadeiras destinado a refeitório escolar infantil, com estrutura metálica resistente e superfícies de fácil higienização.	CONJ.	8	R\$ 1.557,00	R\$ 12.456,00
10	036296	CONJUNTO REFEITÓRIO 1 – CJR01 Conjunto para refeitório composto por uma mesa e quatro cadeiras adequadas ao uso infantil, fabricado em materiais resistentes e de fácil limpeza.	CONJ.	8	R\$ 1.486,75	R\$ 11.894,00
11	036297	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO – C1 Cadeira infantil para alimentação, com estrutura estável, bandeja removível e superfícies laváveis, destinada ao uso em creches.	UNID.	6	R\$ 261,14	R\$ 1.566,84
12	036298	POLTRONA DE AMAMENTAÇÃO – PO Poltrona destinada ao apoio durante amamentação, com assento acolchoado, encosto anatômico e estrutura resistente.	UNID.	3	R\$ 297,79	R\$ 893,37
13	036299	COLCHONETE PARA TROCADOR – CO2 Colchonete impermeável destinado a trocadores infantis, confeccionado em espuma revestida com material sintético lavável.	UNID.	7	R\$ 33,57	R\$ 234,99
14	036300	CAMA EMPILHÁVEL – CE	UNID.	72	R\$ 177,37	R\$ 12.770,64

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

		Cama infantil empilhável, com estrutura resistente em material plástico ou metálico e superfície em tecido ou tela lavável.				
15	036301	BERÇO COM COLCHÃO – BÇ1 + CO1 Berço infantil com estrutura em madeira ou metal, grades laterais de segurança e colchão compatível, atendendo normas de segurança para uso em creches.	UNID.	20	R\$ 911,81	R\$ 18.236,20
16	036302	QUADRO BRANCO MAGNÉTICO – QB2 Quadro branco tipo lousa magnética com superfície lisa para escrita com marcador, moldura em alumínio e suporte para apagador.	UNID.	4	R\$ 577,00	R\$ 2.308,00
17	036303	QUADRO BRANCO MAGNÉTICO – QB1 Quadro branco magnético para uso pedagógico, superfície resistente para escrita e fácil limpeza.	UNID.	4	R\$ 453,47	R\$ 1.813,88
18	036304	QUADRO MURAL EM FELTRO – QM Quadro mural revestido em feltro para fixação de avisos e materiais pedagógicos.	UNID.	2	R\$ 254,67	R\$ 509,34
19	036305	TATAME EM EVA (PLACAS) – TA1 Tatame em placas de EVA de alta densidade com sistema de encaixe tipo quebra-cabeça, superfície antiderrapante.	UNID.	54	R\$ 84,40	R\$ 4.557,60
20	036306	ESTANTE BAIXA COM 2 PRATELEIRAS – ESB Estante baixa para armazenamento de materiais pedagógicos, confeccionada em MDF ou MDP com revestimento melamínico.	UNID.	16	R\$ 1.279,92	R\$ 20.478,72
21	036307	ARMÁRIO BAIXO 2 PORTAS – AMB Armário baixo com duas portas e prateleiras internas, confeccionado em madeira reconstituída com revestimento melamínico.	UNID.	16	R\$ 1.521,86	R\$ 24.349,76
22	036308	CONJUNTO PROFESSOR – CJP01 Conjunto composto por mesa e cadeira destinados ao uso do professor em sala de aula.	CONJ.	4	R\$ 502,14	R\$ 2.008,56
23	036309	CONJUNTO ALUNO 3 – CJA03 Conjunto escolar composto por mesa e cadeira para alunos, com estrutura metálica e tampo em MDF/MDP revestido.	CONJ.	48	R\$ 275,82	R\$ 13.239,36
24	036310	CONJUNTO ALUNO 1 – CJA01 Conjunto escolar infantil composto por mesa e cadeira adequados ao uso em educação infantil.	CONJ.	48	R\$ 262,80	R\$ 12.614,40
25	036311	CONJUNTO COLETIVO – CJC01 Conjunto composto por uma mesa e quatro cadeiras para atividades coletivas em sala de aula infantil.	CONJ.	18	R\$ 816,75	R\$ 14.701,50
26	036312	TÚNEL DOBRÁVEL PSICOMOTRICIDADE – PS4 Equipamento lúdico tipo túnel dobrável para atividades psicomotoras infantis.	UNID.	1	R\$ 425,86	R\$ 425,86
27	036313	CURVAS PSICOMOTRICIDADE – PS3	UNID.	1	R\$ 393,12	R\$ 393,12

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

		Conjunto de peças curvas destinado a atividades psicomotoras e recreativas.				
28	036314	PISCINA DE BOLINHAS – PS2 Equipamento recreativo composto por estrutura acolchoada e bolinhas plásticas coloridas.	UNID.	1	R\$ 644,83	R\$ 644,83
29	036315	DEGRAUS E RAMPAS – PS1 Equipamento psicomotor composto por módulos com rampas e degraus para atividades de coordenação motora.	UNID.	1	R\$ 678,35	R\$ 678,35
30	036316	QUADRO DE AVISOS METÁLICO – QC Quadro para fixação de avisos com superfície metálica e moldura resistente.	UNID.	2	R\$ 299,80	R\$ 599,60
31	036317	SOFÁ 2 LUGARES – SF1 Sofá estofado de dois lugares com estrutura resistente e revestimento lavável.	UNID.	1	R\$ 641,75	R\$ 641,75
32	036318	ARMÁRIO AÇO 2 PORTAS – AM4 Armário metálico com duas portas e prateleiras internas reguláveis.	UNID.	5	R\$ 737,75	R\$ 3.688,75
33	036319	ARQUIVO DE AÇO – AQ1 Arquivo metálico para documentos com gavetas deslizantes e trilhos metálicos.	UNID.	2	R\$ 708,71	R\$ 1.417,42
34	036320	CADEIRA FIXA – C7 Cadeira fixa para ambientes administrativos com estrutura metálica e assento acolchoado.	UNID.	10	R\$ 145,91	R\$ 1.459,10
35	036321	MESA DE REUNIÃO – M7 Mesa destinada a reuniões administrativas, com tampo em madeira reconstituída e estrutura metálica.	UNID.	1	R\$ 858,62	R\$ 858,62
36	036322	CADEIRA GIRATÓRIA – C6 Cadeira giratória com regulagem de altura, base com rodízios e assento acolchoado.	UNID.	6	R\$ 352,49	R\$ 2.114,94
37	036323	TÚNEL LÚDICO – TL Brinquedo recreativo tipo túnel para atividades lúdicas em ambiente infantil.	UNID.	1	R\$ 4.074,14	R\$ 4.074,14
38	036324	GANGORRA DUPLA – GA Equipamento recreativo infantil tipo gangorra dupla com estrutura resistente e assentos ergonômicos.	UNID.	2	R\$ 297,88	R\$ 595,76
39	036325	VENTILADOR DE PAREDE - VP Ventilador de parede com diâmetro mínimo de 50 cm, potência mínima de 130 W e grade de proteção.	UNID.	31	R\$ 214,87	R\$ 6.660,97
40	036326	REPRODUTOR DE MÍDIA DIGITAL - APARELHO DE DVD - DVD Equipamento eletrônico compatível com reprodução de mídias digitais, incluindo DVD e CD.	UNID.	2	R\$ 206,44	R\$ 412,88
41	036327	TELEVISOR LED 32" Televisor LED com tela mínima de 32 polegadas, resolução HD ou superior e entradas HDMI e	UNID.	2	R\$ 1.712,68	R\$ 3.425,36

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestacontratospta@gmail.com
gestacontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

		USB.				
42	036328	BEBEDOURO INDUSTRIAL 25L – BB2 Bebedouro industrial com capacidade aproximada de 25 litros, gabinete em aço inox ou material equivalente.	UNID.	2	R\$ 1.279,47	R\$ 2.558,94
43	036329	BEBEDOURO ACESSÍVEL – BB Bebedouro elétrico acessível para uso coletivo, com sistema de refrigeração e torneiras apropriadas.	UNID.	2	R\$ 2.037,93	R\$ 4.075,86
44	036330	PURIFICADOR DE ÁGUA Purificador de água com sistema de filtragem e certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.	UNID.	9	R\$ 532,60	R\$ 4.793,40
45	036331	LIXEIRA COM PEDAL 50L – LX2 Lixeira com pedal, capacidade aproximada de 50 litros, fabricada em material resistente.	UNID.	13	R\$ 166,93	R\$ 2.170,09
46	036332	CONJUNTO COLETA SELETIVA – LX1 Conjunto de lixeiras para coleta seletiva com identificação por cores.	UNID.	3	R\$ 680,93	R\$ 2.042,79
47	036333	CARRO COLETOR DE LIXO 120L – CL Contentor para resíduos sólidos com capacidade aproximada de 120 litros e rodas para transporte.	UNID.	2	R\$ 236,29	R\$ 472,58
48	036334	FERRO ELÉTRICO – FR Ferro elétrico doméstico com controle de temperatura e base antiaderente.	UNID.	2	R\$ 76,32	R\$ 152,64
49	036335	SECADORA DE ROUPAS LINHA BRANCA 10KG – SC Secadora de roupas automática com capacidade mínima aproximada de 10 kg.	UNID.	1	R\$ 1.462,40	R\$ 1.462,40
50	036336	LAVADORA DE ROUPAS LINHA BRANCA 11KG – MQ Máquina lavadora automática com capacidade mínima de 11 kg.	UNID.	1	R\$ 1.595,59	R\$ 1.595,59
51	036337	CAFETEIRA – CF Cafeteira elétrica para preparo de café com jarra resistente ao calor.	UNID.	1	R\$ 163,11	R\$ 163,11
52	036338	MIXER DE ALIMENTOS – MX Mixer portátil para preparo e mistura de alimentos.	UNID.	1	R\$ 128,42	R\$ 128,42
53	036339	CENTRÍFUGA DE FRUTAS – CT Equipamento elétrico para extração de suco de frutas por centrifugação.	UNID.	1	R\$ 433,79	R\$ 433,79
54	036340	MULTIPROCESSADOR – MT Equipamento elétrico multifuncional para processamento de alimentos.	UNID.	1	R\$ 445,60	R\$ 445,60
55	036341	BATEDEIRA PLANETÁRIA 12L – BT1 Batedeira planetária com capacidade mínima aproximada de 12 litros.	UNID.	1	R\$ 3.382,29	R\$ 3.382,29
56	036342	BALANÇA PLATAFORMA 150KG – BL2 Balança tipo plataforma com capacidade mínima	UNID.	1	R\$ 1.892,30	R\$ 1.892,30

Avenida JK, nº 396 – TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

		de 150 kg.				
57	036343	BALANÇA DIGITAL 30KG – BL1 Balança digital com capacidade mínima de 30 kg para uso em cozinha.	UNID.	1	R\$ 1.473,75	R\$ 1.473,75
58	036344	ESPRESSOR DE FRUTAS – EP Espressor elétrico para frutas cítricas.	UNID.	1	R\$ 203,20	R\$ 203,20
59	036345	LIQUIDIFICADOR COMERCIAL 4L – LQ3 Liquidificador comercial com copo de aproximadamente 4 litros.	UNID.	1	R\$ 591,33	R\$ 591,33
60	036346	LIQUIDIFICADOR COMERCIAL 8L – LQ2 Liquidificador comercial com copo de aproximadamente 8 litros.	UNID.	1	R\$ 797,99	R\$ 797,99
61	036347	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 15L – LQ1 Liquidificador industrial com copo de aproximadamente 15 litros.	UNID.	1	R\$ 1.470,14	R\$ 1.470,14
62	036348	ESTERILIZADOR DE MAMADEIRAS – ES Equipamento destinado à esterilização de mamadeiras para uso em micro-ondas.	UNID.	2	R\$ 93,83	R\$ 187,66
63	036349	MICROONDAS LINHA BRANCA 30L – MI Forno micro-ondas com capacidade aproximada de 30 litros.	UNID.	2	R\$ 455,17	R\$ 910,34
64	036350	FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES – FG3 Fogão doméstico com quatro queimadores e forno.	UNID.	1	R\$ 521,70	R\$ 521,70
65	036351	FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES – FG1 Fogão comercial com seis queimadores e dois fornos.	UNID.	1	R\$ 2.971,75	R\$ 2.971,75
66	036352	FREEZER VERTICAL 450L – FZ Freezer vertical com capacidade aproximada de 450 litros.	UNID.	1	R\$ 3.568,40	R\$ 3.568,40
67	036353	GELADEIRA INDUSTRIAL 4 PORTAS – RF1 Refrigerador vertical industrial com quatro portas e capacidade aproximada de 1000 litros.	UNID.	1	R\$ 6.203,55	R\$ 6.203,55
68	036354	GELADEIRA LINHA BRANCA FROST FREE 300L – RF3 Refrigerador doméstico com sistema frost free e capacidade aproximada de 300 litros.	UNID.	1	R\$ 1.909,62	R\$ 1.909,62
69	036355	GELADEIRA LINHA BRANCA FROST FREE 410L – RF2 Refrigerador doméstico frost free com capacidade aproximada de 410 litros.	UNID.	1	R\$ 2.538,09	R\$ 2.538,09
70	036356	APARELHO DE SOM MICRO SYSTEM – MS Sistema de som tipo micro system com reprodução de áudio digital.	UNID.	11	R\$ 269,07	R\$ 2.959,77
71	036359	CONJUNTO ALUNO TAMANHO 06	UNID.	40	R\$ 662,00	R\$ 26.480,00

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

		Composto Por 1 Mesa E 1 Cadeira, Certificado Pelo Inmetro, Conforme Norma Abnt Nbr 14006, Destinado A Uso Escolar, Com Estrutura Metálica E Tampo Em Material Resistente, Cor Predominante Azul Ou Padrão Da Instituição.				
72	036360	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTUS - AR1 - NOVO (PROINFÂNCIA) Aparelho de ar condicionado com capacidade mínima de 30.000 BTU's. / Ciclo quente /frio / DIMENSÕES: Unidade interna – evaporadora: Altura máxima: 350 mm; Largura máxima: 1200 mm; Profundidade máxima: 250 mm. Unidade externa – condensadora: Altura máxima: 840 mm; Largura máxima: 950 mm; Profundidade máxima: 460 mm. CARACTERÍSTICAS: Classificação do INMETRO – A / Tecnologia do compressor inverter / Gás refrigerante R410a / Filtro anti-bactéria / Desumidificação / Controle remoto / Unidade evaporadora na cor branca / Funções timer, sleep e swing / Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação / Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação / Voltagem: 110V e 220V, conforme demanda / Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem / GARANTIA: Mínima de um ano a partir da data da entrega, de cobertura integral do equipamento. O fabricante/contratado é obrigado a dar assistência técnica gratuita na sua rede credenciada de assistência, durante o período da garantia, substituindo as peças com defeito.	UNID.	1	R\$ 4.053,20	R\$ 4.053,20
73	036361	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 22.000 BTUS - AR2 - NOVO (PROINFÂNCIA) Aparelho de ar condicionado com capacidade mínima de 22.000 BTU's / Ciclo quente/frio / DIMENSÕES: Unidade interna – evaporadora: Altura máxima: 330 mm; Largura máxima: 1050 mm; Profundidade máxima: 250 mm. Unidade externa – condensadora: Altura máxima: 700 mm; Largura máxima: 950 mm; Profundidade máxima: 400 mm. CARACTERÍSTICAS: Classificação do INMETRO – A / Tecnologia do compressor inverter / Gás refrigerante R410a / Filtro anti-bactéria / Desumidificação / Controle remoto / Unidade evaporadora na cor branca / Funções timer, sleep e swing / Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação / Voltagem: 110V e 220V, conforme demanda / Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem / GARANTIA: Mínima de um ano a partir da data	UNID.	1	R\$ 2.929,14	R\$ 2.929,14

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

		da entrega, de cobertura integral do equipamento. O fabricante/contratado é obrigado a dar assistência técnica gratuita na sua rede credenciada de assistência, durante o período da garantia, substituindo as peças com defeito.				
74	036362	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS - AR3 - NOVO (PROINFÂNCIA) Aparelho de ar condicionado com capacidade mínima de 9.000 BTU's / Ciclo quente/frio / DIMENSÕES: Unidade interna – evaporadora: Altura máxima: 285 mm; Largura máxima: 850 mm; Profundidade máxima: 220 mm. Unidade externa – condensadora: Altura máxima: 505 mm; Largura máxima: 720 mm; Profundidade máxima: 295 mm. CARACTERÍSTICAS: Classificação do INMETRO – A / Tecnologia do compressor inverter / Gás refrigerante R410a / Filtro anti-bactéria / Desumidificação / Controle remoto / Unidade evaporadora na cor branca / Funções timer, sleep e swing / Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação / Voltagem: 110V e 220V, conforme demanda / Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem / GARANTIA: Mínima de um ano a partir da data da entrega, de cobertura integral do equipamento. O fabricante/contratado é obrigado a dar assistência técnica gratuita na sua rede credenciada de assistência, durante o período da garantia, substituindo as peças com defeito.	UNID.	2	R\$ 1.676,62	R\$ 3.353,24
TOTAL ESTIMADO					R\$ 286.677,14	

2.2.1. Ressalta-se que, com o objetivo de assegurar a padronização, a qualidade e a plena conformidade dos itens a serem adquiridos, as especificações técnicas adotadas neste Termo de Referência encontram-se vinculadas ao **Manual de Orientações Técnicas – Volume 07 – Mobiliário e Equipamento Escolar para Educação Infantil**, disponibilizado pelo FNDE no âmbito do Programa Proinfância.

2.2.2. Considerando que o referido manual é documento público, amplamente acessível e de conhecimento dos fornecedores do segmento, optou-se por sua utilização como **referência técnica complementar obrigatória**, especialmente em razão de apresentar, de forma detalhada:

- descrição completa dos itens;
- códigos padronizados (ex.: CJA, CJP, CJR, AM, ESB, entre outros);
- especificações dimensionais e construtivas;
- materiais recomendados;
- **imagens ilustrativas dos produtos**, que permitem a correta identificação visual dos itens.





2.2.3. Dessa forma, os licitantes deverão observar integralmente as disposições constantes no referido manual, de modo que todos os itens ofertados estejam rigorosamente compatíveis com os padrões estabelecidos pelo FNDE, não sendo admitidas variações que descaracterizem as especificações técnicas, funcionais e pedagógicas previstas.

2.2.4. A adoção do manual como referência externa justifica-se, ainda, pela inviabilidade de inserção de todas as especificações detalhadas e imagens no corpo da tabela deste Termo de Referência, sem prejuízo da clareza e objetividade do instrumento.

2.2.5. Para fins de transparência e amplo acesso à informação, os manuais estarão em anexo a este processo e também poderão ser acessados nos links oficiais para consulta ao manual técnico:

- **Link 01:**
https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/pro_infancia/Manuais/Volume%20VII%20-%20Mobili%C3%A1rio%20e%20Equipamento%20Escolar_R00.pdf
- **Link 02:**
<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/proinfancia/manuais/volume-vii-mobiliario-e-equipamento-escolar>

2.2.6. Os licitantes deverão, obrigatoriamente, consultar o referido manual técnico, sendo que os produtos ofertados deverão estar em **total conformidade com as especificações, códigos de referência, dimensões, materiais, requisitos de segurança e demais características técnicas estabelecidas pelo FNDE**, não sendo admitidas variações que descaracterizem o padrão definido.

2.2.7. A não observância das especificações constantes no manual implicará na **recusa do item no momento do recebimento**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

2.2.8. Cada item deverá corresponder exatamente ao respectivo código de referência do Programa Proinfância, possibilitando sua adequada identificação, análise e conferência no momento da avaliação das propostas e do recebimento dos bens.

2.2.9. Não serão aceitos produtos similares, adaptados ou com especificações inferiores às definidas no manual técnico, sendo a sua observância condição obrigatória para aceitação do objeto.

2.2.10. A apresentação da proposta implicará na plena ciência e aceitação, por parte do licitante, de todas as exigências constantes no manual técnico mencionado, o qual passa a integrar este Termo de Referência para todos os fins.

2.3. Os bens objeto da presente contratação classificam-se como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente adotadas por diversos fornecedores, garantindo a competitividade do certame.





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

2.4. Adicionalmente, as especificações utilizadas encontram-se alinhadas aos referenciais técnicos do FNDE, o que reforça a padronização dos itens e a adequação às finalidades educacionais, não se caracterizando, portanto, como bens de luxo, mas sim como itens essenciais ao funcionamento das unidades escolares.

2.5. As especificações técnicas constantes deste Termo de Referência representam requisitos mínimos necessários ao atendimento da demanda, sendo admitida a oferta de produtos com características técnicas superiores, desde que mantida a compatibilidade com o objeto, **sem prejuízo à padronização estabelecida pelo FNDE**, à funcionalidade e à economicidade da contratação.

2.6. Os bens deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados e embalados, acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao seu pleno funcionamento, quando for o caso, bem como manuais de operação e certificados exigidos pelos órgãos competentes, incluindo, quando aplicável, certificação do INMETRO.

2.7. Considerando a natureza da contratação e a necessidade de estruturação imediata das unidades de educação infantil (CEMEIs), os itens deverão ser fornecidos em estrita conformidade com as especificações padronizadas do Programa Proinfância, podendo os quantitativos e detalhamentos técnicos serem objeto de ajustes e saneamentos ao longo da fase de planejamento da contratação, especialmente no âmbito do Estudo Técnico Preliminar e da consolidação definitiva deste Termo de Referência.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor total estimado para a presente contratação é de aproximadamente **R\$ 286.677,14 (duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e sete reais e quatorze centavos)**, correspondente à aquisição de mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

3.2. A estimativa de valor foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em levantamento preliminar de mercado, por meio de **consulta a mídia especializada e análise de contratações públicas similares**, considerando, dentre outras, as seguintes fontes de referência:

- Painel de Preços do Governo Federal;
- Bases públicas de preços e sistemas referenciais disponíveis;
- Contratações similares realizadas por outros entes públicos, especialmente no âmbito do Programa Proinfância;
- Atas de Registro de Preços vigentes;
- Consulta a fornecedores do ramo;
- Referenciais técnicos, catálogos e estimativas disponibilizadas pelo FNDE.

3.3. Para a formação do valor estimado global, foi adotada metodologia baseada na **média dos valores obtidos nas fontes pesquisadas**, especialmente em contratações públicas similares,





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

considerada adequada nesta fase preliminar em razão da padronização dos itens e da relativa homogeneidade dos preços praticados no mercado.

3.4. Para a formação do valor estimado global, foi adotado levantamento preliminar com base nos quantitativos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, considerando:

- a estruturação de múltiplas unidades de Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs);
- a necessidade de aquisição integral dos itens para o pleno funcionamento das unidades;
- reposição de mobiliários e equipamentos desgastados ou obsoletos;
- ampliação de turmas e adequação dos ambientes escolares às demandas atuais.

3.5. Ressalta-se que, nesta fase inicial de planejamento (DFD), o valor estimado possui caráter **preliminar**, sendo passível de refinamento e consolidação no âmbito do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da pesquisa de preços definitiva, ocasião em que será elaborado o respectivo Mapa de Apuração de Preços, com metodologia mais detalhada e fundamentada.

3.6. Os valores estimados possuem caráter meramente referencial, sendo utilizados para fins de planejamento da contratação, verificação de disponibilidade orçamentária e análise de viabilidade, podendo sofrer variações em razão da dinâmica de mercado e dos lances apresentados no certame.

3.7. Ainda assim, a estimativa preliminar indica a viabilidade econômica da contratação, evidenciando compatibilidade com os preços praticados no mercado e atendimento aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da Administração Pública.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato decorrente da presente contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Durante o período de vigência contratual deverão ser observadas todas as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como as demais disposições constantes na legislação aplicável às contratações públicas.

4.3. Considerando que o objeto consiste na aquisição de bens permanentes, com **entrega em parcela única**, não se prevê prorrogação contratual, sendo o prazo de vigência estabelecido para fins de:

- acompanhamento e fiscalização da entrega dos itens;
- verificação da conformidade dos bens fornecidos;
- garantia do cumprimento das obrigações contratuais;
- suporte técnico e garantia dos equipamentos;
- adoção das providências administrativas necessárias ao encerramento da contratação.

5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





A disponibilização de infraestrutura adequada para o funcionamento das unidades de educação infantil constitui elemento essencial para a garantia da qualidade do ensino, do bem-estar das crianças atendidas e da adequada execução das atividades pedagógicas e administrativas no âmbito da rede municipal de ensino.

No contexto do Município de Pimenta/MG, especialmente no que se refere às unidades vinculadas ao Programa Proinfância, verifica-se a necessidade de estruturação completa dos ambientes escolares, abrangendo salas de aula, lactários, fraldários, áreas administrativas, cozinhas, refeitórios e espaços de recreação.

A adequada operacionalização dessas unidades exige a disponibilização de mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio, compatíveis com as diretrizes estabelecidas pelo FNDE e com as normas aplicáveis à educação infantil.

Entretanto, constata-se que o Município não dispõe, em quantidade suficiente, dos itens necessários para a plena estruturação dessas unidades, seja em razão da implantação de novos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), seja em decorrência da necessidade de reposição e complementação de mobiliários e equipamentos existentes.

A ausência desses itens pode ocasionar:

- inadequação dos ambientes escolares às exigências pedagógicas e normativas;
- prejuízos ao desenvolvimento das atividades educacionais;
- comprometimento da segurança e do conforto das crianças;
- dificuldades na execução das rotinas administrativas e operacionais;
- limitação na oferta de vagas na educação infantil;
- comprometimento da qualidade do atendimento prestado à população.

Diante desse cenário, identifica-se a necessidade de aquisição dos itens previstos no presente Termo de Referência, com vistas à estruturação adequada das unidades de educação infantil do Município.

A adoção dessa solução permitirá:

- garantir a adequada organização e funcionamento dos ambientes escolares;
- assegurar melhores condições de ensino e aprendizagem;
- proporcionar conforto, segurança e bem-estar às crianças e profissionais;
- viabilizar o pleno funcionamento das unidades educacionais;
- atender às diretrizes e padrões estabelecidos pelo FNDE no âmbito do Proinfância;
- fortalecer a política pública de educação infantil no Município.

Ressalta-se que a presente demanda está vinculada ao Termo **de Compromisso PAR nº 202300141**, firmado entre o Município de Pimenta/MG e o FNDE, o qual prevê a estruturação de unidades de educação infantil, sendo a aquisição dos itens indispensável para a efetiva operacionalização dos espaços construídos.





Foram consideradas alternativas para atendimento da necessidade, tais como a reutilização de mobiliários existentes e a realocação de equipamentos entre unidades. Contudo, tais medidas mostraram-se insuficientes para suprir integralmente a demanda, especialmente diante da ampliação da rede e da necessidade de atendimento a padrões específicos exigidos para a educação infantil.

A realização de contratações isoladas ou fragmentadas também se mostrou menos eficiente, podendo gerar aumento de custos, dificuldades logísticas e despadronização dos ambientes. Nesse sentido, a aquisição conjunta dos itens apresenta-se como a solução mais adequada, garantindo economicidade, padronização e eficiência na implementação da estrutura necessária.

A contratação pretendida encontra-se em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento, eficiência, economicidade e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, a aquisição dos itens previstos neste Termo de Referência mostra-se necessária e adequada para assegurar a estruturação das unidades de educação infantil do Município de Pimenta/MG, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais e para o atendimento das demandas da população.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de **recursos próprios**, e vinculados ao Termo **de Compromisso PAR nº 202300141** firmado entre o Município de Pimenta/MG e o FND, havendo dotação orçamentária suficiente para o custeio da despesa, possibilitando o regular prosseguimento do processo administrativo de contratação, conforme as seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Educação

Ficha 346 - 02.04.03.12.365.0006.1016.4.4.90.52.00 - F.R. 1.500.000
Ficha 346 - 02.04.03.12.365.0006.1016.4.4.90.52.00 - F.R. 1.570.000
Ficha 346 - 02.04.03.12.365.0006.1016.4.4.90.52.00 - F.R. 1.571.000
Ficha 346 - 02.04.03.12.365.0006.1016.4.4.90.52.00 - F.R. 1.569.000
Ficha 355 - 02.04.03.12.365.0006.2054.3.3.90.30.00 - F.R. 1.569.000
Ficha 355 - 02.04.03.12.365.0006.2054.3.3.90.30.00 - F.R. 1.550.000
Ficha 160 - 02.03.01.12.361.0004.2028.3.3.90.30.00 - F.R. 1.500.000
Ficha 313 - 02.04.03.12.361.0006.2047.3.3.90.30.00 - F.R. 1.550.000

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste na **aquisição de**

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio, destinados à estruturação e ao pleno funcionamento das unidades de educação infantil da rede municipal de ensino do Município de Pimenta/MG, especialmente aquelas vinculadas ao Programa Proinfância.

A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **pregão eletrônico**, com critério de julgamento pelo menor preço por item, considerando tratar-se de bens comuns, com especificações padronizadas e ampla disponibilidade no mercado, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

Os itens a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, observando os referenciais do FNDE, contemplando requisitos de qualidade, segurança, durabilidade, ergonomia e adequação ao uso em ambientes escolares, especialmente na educação infantil.

A solução abrange, de forma integrada, os seguintes conjuntos de itens:

- **Mobiliários escolares:** mesas, cadeiras, armários, estantes, conjuntos aluno/professor, mobiliário de refeitório e demais itens destinados à organização dos ambientes pedagógicos e administrativos;
- **Equipamentos pedagógicos:** quadros, materiais de apoio didático e itens voltados ao desenvolvimento das atividades educacionais;
- **Brinquedos recreativos e psicomotores:** equipamentos destinados ao desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças, incluindo playgrounds e materiais lúdicos;
- **Eletrodomésticos e equipamentos de cozinha:** itens necessários ao funcionamento de lactários, cozinhas e áreas de apoio alimentar, tais como geladeiras, fogões, liquidificadores, entre outros;
- **Equipamentos de apoio:** itens destinados à manutenção, limpeza, organização e suporte às atividades operacionais das unidades escolares.

7.1 Ciclo de Vida do Objeto

Considerando o ciclo de vida dos bens a serem adquiridos, a solução contempla não apenas a aquisição, mas também sua utilização ao longo do tempo no âmbito da Administração Pública, abrangendo as seguintes etapas:

a) Aquisição e incorporação patrimonial:

Os bens serão recebidos, conferidos quanto à conformidade com as especificações contratuais e incorporados ao patrimônio do Município, com o devido registro e controle patrimonial.

b) Distribuição e instalação:

Os itens serão distribuídos entre as unidades de educação infantil (CEMEIs), conforme





planejamento da Secretaria Municipal de Educação, sendo instalados e organizados nos ambientes correspondentes às suas finalidades.

c) Utilização operacional:

Os bens serão utilizados no desenvolvimento das atividades educacionais, administrativas e de apoio, incluindo:

- atividades pedagógicas em sala de aula;
- alimentação escolar (refeitórios, cozinhas e lactários);
- atividades recreativas e psicomotoras;
- organização administrativa e suporte às equipes escolares.

d) Manutenção e conservação:

A Administração será responsável pela adequada guarda, conservação e manutenção básica dos bens, visando prolongar sua vida útil e garantir o pleno funcionamento. Eventuais manutenções corretivas serão realizadas conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária.

e) Substituição e reposição:

Ao longo do tempo, poderá ser necessária a substituição de itens em razão de desgaste natural, dano ou obsolescência, observadas as rotinas administrativas e o planejamento da Secretaria Municipal de Educação.

f) Descarte ao final da vida útil:

Ao final de sua vida útil, os bens deverão ter destinação adequada, conforme normas patrimoniais, ambientais e de gestão de resíduos aplicáveis à Administração Pública.

7.2 Aspectos Complementares da Solução

Ressalta-se que despesas relacionadas à operação contínua dos bens, tais como manutenção, reposição de peças, aquisição de insumos e organização dos ambientes, integram a rotina administrativa do Município e não constituem objeto direto da presente contratação.

A solução adotada permite a **estruturação completa e padronizada das unidades de educação infantil**, promovendo maior eficiência na implantação dos espaços, redução de aquisições fragmentadas e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

7.3 Conclusão

Dessa forma, a solução proposta mostra-se **tecnicamente adequada, economicamente viável e**





operacionalmente eficiente, atendendo plenamente à necessidade administrativa identificada, especialmente no contexto da implantação e estruturação das unidades do Programa Proinfância no Município de Pimenta/MG.

A contratação encontra-se alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação infantil e do atendimento à população.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente seção estabelece os requisitos técnicos, operacionais e administrativos necessários para a aquisição de mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio, destinados à estruturação das unidades de educação infantil do Município de Pimenta/MG.

O objetivo da contratação é assegurar que os bens a serem adquiridos apresentem adequadas condições de qualidade, segurança, durabilidade, ergonomia e eficiência, atendendo às exigências do Programa Proinfância e às necessidades operacionais das unidades escolares.

Para a execução do objeto, a empresa contratada deverá cumprir integralmente as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no processo administrativo e na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

8.1. Condições de Fornecimento

8.1.1. O fornecimento dos itens será realizado em **entrega única**, mediante emissão de Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

8.1.2. O transporte, a carga, a descarga, a montagem (quando aplicável) e a entrega dos bens serão de inteira responsabilidade da contratada, correndo por sua conta todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao cumprimento do objeto.

8.1.3. Os itens deverão ser entregues em locais indicados pela Administração, no âmbito do Município de Pimenta/MG, especialmente nas unidades de educação infantil (CEMEIs), acompanhados da respectiva nota fiscal e demais documentos exigidos.

8.2. Vigência

8.2.1. O contrato decorrente desta contratação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. Considerando que o objeto consiste na aquisição de bens com entrega única, a vigência contratual destina-se ao acompanhamento do fornecimento, recebimento definitivo e garantia dos itens.





8.3. Qualidade, Conformidade e Sustentabilidade

8.3.1. Todos os itens deverão ser **novos, de primeiro uso**, em perfeito estado de funcionamento e conservação.

8.3.2. Os bens deverão atender integralmente às normas técnicas, regulamentações e exigências legais aplicáveis à sua fabricação, comercialização e uso no território nacional.

8.3.3. Os itens deverão observar as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como os padrões estabelecidos pelo FNDE no âmbito do Programa Proinfância, quando aplicável.

8.3.4. A fiscalização da qualidade e da conformidade será realizada por servidor designado pela Administração, que poderá recusar, no todo ou em parte, os itens que não atendam às especificações exigidas.

8.3.5. A contratada será responsável pela substituição, sem ônus adicional para a Administração, de quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias, inconformidades ou funcionamento inadequado.

8.3.6. Os produtos deverão garantir condições seguras de uso, especialmente considerando o ambiente escolar e o atendimento a crianças.

8.3.7. Quando aplicável, deverão ser fornecidos manuais de uso, instruções de operação e demais documentos técnicos em língua portuguesa.

8.3.8. Os itens deverão possuir assistência técnica no território nacional, própria ou autorizada, quando aplicável.

8.3.9. Os bens deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, certificados e demais documentos necessários ao registro patrimonial.

8.4. Normas Técnicas e Certificações

Os itens fornecidos deverão obedecer rigorosamente às normas de padronização, qualidade e segurança estabelecidas pelos órgãos competentes, destacando-se, quando aplicável:

- Certificação do INMETRO;
- Normas da ABNT aplicáveis;
- Normas específicas de segurança para mobiliário escolar e equipamentos infantis;
- Regulamentações sanitárias e de segurança para equipamentos de cozinha e lactário.

8.5. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a natureza do fornecimento e a necessidade de responsabilidade direta da contratada quanto à qualidade e entrega dos itens.

8.6. Garantia da Contratação

Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Garantia dos Produtos





8.7.1. Os itens deverão possuir garantia mínima conforme especificado individualmente nas descrições técnicas, não inferior a:

- **12 (doze) meses**, para a maioria dos equipamentos e mobiliários;
- prazos superiores quando expressamente previstos (ex.: fogão comercial, mobiliário específico, etc.).

8.7.2. A garantia será contada a partir do recebimento definitivo dos bens.

8.7.3. Durante o período de garantia, eventuais defeitos deverão ser sanados sem qualquer ônus para a Administração, incluindo custos com transporte, peças e mão de obra.

8.7.4. A contratada deverá indicar, no ato da entrega, a rede de assistência técnica autorizada.

9. EXECUÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

9.1. O fornecimento do objeto será realizado, preferencialmente, em entrega única, considerando tratar-se de aquisição de bens permanentes com quantitativos previamente definidos, podendo, excepcionalmente, ocorrer de forma parcelada, conforme necessidade da Administração e logística de fornecimento dos itens.

A contratada deverá realizar a entrega dos materiais, observando os seguintes requisitos:

- A entrega dos bens deverá ocorrer no prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento (NAF) ou instrumento equivalente, salvo justificativa devidamente aceita pela Administração;
- Os itens deverão ser entregues **novos, de primeiro uso**, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, sem avarias aparentes ou ocultas, devidamente acondicionados e protegidos contra danos decorrentes do transporte;
- O transporte, a carga, a descarga e a entrega dos materiais serão de inteira responsabilidade da contratada, correndo por sua conta todas as despesas diretas e indiretas necessárias ao cumprimento do objeto.

9.2. Os bens deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, podendo compreender:

- a sede da Prefeitura Municipal de Pimenta/MG;
- unidades da rede municipal de ensino, incluindo os **Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs)**;
- ou outros locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

9.3. Todos os itens deverão ser entregues acompanhados de:

- nota fiscal devidamente emitida em nome do Município de Pimenta/MG;
- manuais de uso e instruções de montagem/operação, quando aplicável;
- certificados de garantia;
- acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento;
- demais documentos exigidos pelas normas aplicáveis.

9.4. Os materiais deverão estar em estrita conformidade com:

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





- as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- os padrões estabelecidos pelo FNDE/Proinfância, quando aplicável;
- a proposta apresentada pela contratada.

9.5. A Administração realizará o recebimento dos bens em duas etapas:

- **Recebimento provisório**, no ato da entrega, para conferência quantitativa e verificação inicial;
- **Recebimento definitivo**, após verificação da conformidade com as especificações técnicas e condições de funcionamento, no prazo a ser definido pela Administração.

9.6. Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, a contratada deverá:

- promover a substituição dos itens no prazo máximo de até **10 (dez) dias corridos**, sem ônus adicional para a Administração;
- arcar com todos os custos relacionados à substituição, inclusive transporte.

9.7. Não será admitida a entrega de produtos em desacordo com o objeto contratado, sendo facultado à Administração recusar, no todo ou em parte, os itens que não atendam às especificações exigidas.

9.8. Caso a contratada não cumpra os prazos ou condições estabelecidas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

10. GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato decorrente da presente contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas estabelecidas, com as disposições deste Termo de Referência e com as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, devidamente justificada, o prazo de execução poderá ser prorrogado pelo tempo correspondente, mediante registro formal no processo administrativo.

10.3. As comunicações entre a Administração Municipal e a empresa contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos institucionais, desde que assegurado o registro formal das tratativas.

10.4. Após a formalização do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar representante da empresa contratada para reunião inicial de alinhamento, com o objetivo de:

- apresentar as condições de execução do objeto;
- alinhar cronograma de entrega dos itens;
- definir locais de entrega (CEMEIs e demais unidades);

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





- esclarecer obrigações contratuais e formas de fiscalização.

Fiscalização e Acompanhamento

10.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração Municipal, na qualidade de Fiscal do Contrato, bem como por seu respectivo substituto, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.6. Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar a execução contratual, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto a:

- entrega dos itens nos locais indicados;
- conformidade com as especificações técnicas;
- integridade e qualidade dos materiais fornecidos.

10.7. O Fiscal do Contrato deverá registrar no processo administrativo todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, incluindo eventuais irregularidades, atrasos ou desconformidades.

10.8. Identificada qualquer irregularidade, o Fiscal deverá notificar formalmente a contratada para que promova a regularização no prazo estabelecido pela Administração.

10.9. O Fiscal do Contrato deverá comunicar ao Gestor do Contrato quaisquer situações que demandem providências administrativas superiores à sua competência.

10.10. Nos casos em que houver risco de comprometimento da entrega dos itens — especialmente considerando a necessidade de estruturação das unidades de educação infantil — o fato deverá ser imediatamente comunicado ao Gestor do Contrato.

Gestão Contratual

10.11. O Gestor do Contrato será responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual, avaliando os registros realizados pelo Fiscal e adotando as providências necessárias ao bom andamento da contratação.

10.12. Compete ao Gestor do Contrato:

- supervisionar a execução do objeto;
- garantir o cumprimento das obrigações contratuais;
- coordenar eventuais ajustes necessários à execução;
- assegurar o adequado andamento do processo administrativo.

10.13. O Fiscal do Contrato deverá verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, incluindo mobiliários, equipamentos pedagógicos, brinquedos, eletrodomésticos e demais itens.





10.14. Também caberá ao Fiscal verificar a documentação apresentada pela contratada, incluindo:

- nota fiscal;
- certificados de garantia;
- manuais de uso;
- demais documentos necessários ao recebimento dos bens.

10.15. Constatado o descumprimento de obrigações contratuais, o Fiscal deverá registrar a ocorrência e comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato.

10.16. O Gestor do Contrato deverá manter atualizado o processo administrativo com todos os registros relacionados à execução do objeto.

10.17. Compete ainda ao Gestor acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, especialmente para fins de empenho, liquidação e pagamento.

10.18. Verificado o descumprimento contratual, o Gestor poderá adotar as providências necessárias para a instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, visando à aplicação de sanções.

Recebimento do Objeto

10.19. O objeto será recebido provisoriamente pelo Fiscal do Contrato no momento da entrega dos bens, mediante conferência:

- quantitativa;
- das condições aparentes;
- da documentação apresentada.

10.20. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação completa da conformidade dos itens com as especificações técnicas exigidas, especialmente quanto à qualidade, funcionamento e adequação ao uso nas unidades de educação infantil, sendo formalizado mediante atesto para fins de liquidação da despesa.

Garantia e Encaminhamentos

10.21. A contratada deverá assegurar a garantia dos bens fornecidos, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e pelo fabricante, responsabilizando-se pela entrega de:

- certificados de garantia;
- manuais de operação;
- demais documentos necessários à utilização dos itens.





10.22. O Gestor do Contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor responsável para fins de liquidação e pagamento, conforme os valores atestados pela fiscalização.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. DO RECEBIMENTO

11.1.1. Os bens objeto da presente contratação serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, mediante conferência inicial dos itens e da respectiva Nota Fiscal, para verificação preliminar da conformidade com o objeto contratado.

11.1.2. O recebimento provisório será realizado por servidor designado pela Administração, que verificará aspectos iniciais como:

- integridade física dos bens;
- compatibilidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- correspondência com os itens descritos na Nota Fiscal.

11.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, após verificação detalhada quanto:

- às especificações técnicas dos itens;
- ao funcionamento dos equipamentos eletroeletrônicos;
- à presença de todos os acessórios e componentes;
- à conformidade com as exigências deste Termo de Referência;
- à adequação dos bens ao uso nas unidades de educação infantil.

11.1.4. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações exigidas, devendo a contratada promover a substituição no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional.

11.1.5. O recebimento definitivo somente será efetivado após a verificação de que os bens foram entregues:

- novos e sem uso anterior;
- em perfeitas condições de funcionamento e conservação;
- acompanhados de todos os acessórios e componentes;
- com manuais em língua portuguesa, quando aplicável;
- com certificado de garantia.

11.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de testes, montagem ou verificações adicionais, especialmente em itens como mobiliários e equipamentos.





11.1.7. No caso de controvérsia quanto à qualidade ou conformidade dos bens, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a contratada ser formalmente notificada para manifestação e/ou substituição dos itens.

11.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e funcionamento dos bens, permanecendo vigente a garantia.

11.2. DA LIQUIDAÇÃO

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, será iniciado o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para a liquidação da despesa, após verificação da conformidade dos bens e da regularidade documental.

11.2.2. Para fins de liquidação, será verificado se a Nota Fiscal contém:

- a) data de emissão;
- b) identificação da contratada (razão social e CNPJ);
- c) descrição detalhada dos itens fornecidos (mobiliários, equipamentos pedagógicos, brinquedos, eletrodomésticos e correlatos);
- d) valores unitários e total;
- e) número do processo administrativo e da Nota de Empenho;
- f) eventuais retenções tributárias.

11.2.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer inconsistência, o prazo ficará suspenso até a regularização pela contratada.

11.2.4. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.5. A Administração poderá realizar consulta aos sistemas oficiais para verificação da manutenção das condições de habilitação.

11.2.6. Constatada irregularidade, a contratada será notificada para regularização no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período.

11.3. DO PRAZO DE PAGAMENTO





11.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da conclusão da liquidação da despesa e do recebimento definitivo dos bens.

11.3.2. Em caso de atraso no pagamento, os valores poderão ser atualizados monetariamente com base no IPCA ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, desde que não haja culpa da contratada.

11.4. DA FORMA DE PAGAMENTO

11.4.1. O pagamento será realizado em **parcela única**, após o recebimento definitivo dos itens, salvo nos casos em que a entrega venha a ocorrer de forma parcelada, hipótese em que o pagamento será proporcional às entregas efetivamente realizadas e atestadas.

11.4.2. O pagamento será efetuado mediante **transferência bancária** em conta de titularidade da contratada.

11.4.3. Serão realizadas as retenções tributárias conforme legislação vigente.

11.4.4. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, não haverá retenção dos tributos abrangidos, desde que comprovada essa condição nos termos da legislação aplicável.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Foram realizadas pesquisas de mercado, incluindo análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como consultas em mídia especializada e referenciais do FNDE/Proinfância, com o objetivo de identificar soluções aptas a atender à necessidade administrativa do Município, conforme registrado no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação.

Após a análise das alternativas disponíveis, verificou-se que a solução mais adequada consiste na **aquisição de mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio**, destinados à estruturação das unidades de educação infantil da rede municipal, especialmente os Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIs.

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, a contratação será realizada mediante **processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





A escolha dessa modalidade justifica-se por:

- maior competitividade entre os licitantes;
- ampliação da participação de fornecedores;
- transparência no processo de contratação;
- obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- celeridade e eficiência no procedimento licitatório.

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, considerando a diversidade dos bens a serem adquiridos e a possibilidade de parcelamento do objeto, o que amplia a competitividade e permite a participação de fornecedores especializados em diferentes segmentos.

A seleção do fornecedor observará, ainda, os princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo, economicidade, eficiência e interesse público, conforme previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.1. Critério de Julgamento

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço por item**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Serão desclassificadas as propostas que:

- não atenderem às exigências técnicas;
- apresentarem preços inexequíveis ou excessivos;
- contiverem irregularidades insanáveis;
- apresentarem divergência com as especificações mínimas exigidas.

12.2. Da Habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira;
- qualificação técnica, quando aplicável.

A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será realizada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal.





A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante:

- certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

12.3. Da Qualificação Técnica

Poderá ser exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da contratação.

Considerando a natureza diversificada do objeto, a Administração poderá exigir comprovação de fornecimento de:

- mobiliários escolares;
- equipamentos eletrodomésticos;
- equipamentos pedagógicos;
- ou itens correlatos compatíveis.
- Quando aplicável, a Administração poderá exigir:
- comprovação de que os produtos são novos e originais;
- garantia do fabricante;
- atendimento às normas técnicas e certificações (ex.: INMETRO, ABNT);
- indicação de assistência técnica autorizada no território nacional, para itens que demandem suporte.

12.4. Da Amostra

Não será exigida a apresentação de amostra, tendo em vista que os bens possuem especificações técnicas padronizadas e são amplamente disponíveis no mercado.

A verificação da conformidade será realizada com base:

- nas especificações técnicas constantes deste Termo de Referência;
- em catálogos, fichas técnicas e documentação do fabricante;
- e, posteriormente, no momento do recebimento dos bens.
- A Administração poderá, a seu critério, solicitar documentação complementar para comprovação das características dos produtos ofertados.

12.5. Verificação das Condições de Habilitação

Antes da contratação, será realizada a verificação da manutenção das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante:

- análise da documentação apresentada;
- consulta aos sistemas oficiais de controle;
- verificação da regularidade fiscal e trabalhista.
- A ausência de regularidade poderá ensejar a inabilitação ou a convocação do licitante subsequente, nos termos da legislação vigente.





13. EMISSÃO DA NOTA FISCAL

A Foram realizadas análises preliminares de mercado, considerando contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como especificações constantes nos referenciais técnicos do FNDE no âmbito do Programa Proinfância, com o objetivo de identificar soluções aptas ao atendimento da necessidade administrativa do Município de Pimenta/MG.

A partir dessas análises, verificou-se que a solução mais adequada consiste na **aquisição de mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio**, destinados à estruturação das unidades de educação infantil do Município, em especial os Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIs.

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e referenciais técnicos padronizados (FNDE/Proinfância), a contratação será realizada mediante **processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A escolha da modalidade justifica-se por:

- ampla competitividade entre fornecedores;
- padronização dos itens e facilidade de especificação técnica;
- maior transparência do processo;
- celeridade na contratação;
- obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, considerando a diversidade dos objetos a serem adquiridos, permitindo:

- maior participação de fornecedores especializados por segmento;
- ampliação da competitividade;
- redução de riscos de fracasso ou deserto em itens específicos;
- otimização da economicidade da contratação.

A seleção do fornecedor observará os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo, economicidade e eficiência, conforme previstos na Lei nº 14.133/2021.

13.1. Critério de Julgamento

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço por item**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Serão desclassificadas as propostas que:





- não atenderem às exigências técnicas;
- apresentarem preços inexequíveis ou excessivos;
- contiverem irregularidades insanáveis.

13.2. Da Habilitação

Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira;
- qualificação técnica, quando aplicável.

A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será realizada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- Certificado de regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal.

A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante:

- certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

13.3. Da Qualificação Técnica

Poderá ser exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da contratação.

Quando aplicável, poderá ser exigido:

- comprovação de atendimento às normas técnicas aplicáveis (ex.: ABNT, INMETRO);
- certificações específicas para mobiliário escolar;
- conformidade com padrões do FNDE/Proinfância;
- garantia do fabricante e assistência técnica no território nacional, quando pertinente.

13.4. Da Amostra

Não será exigida a apresentação de amostras, tendo em vista que os itens possuem especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.

A verificação da conformidade será realizada com base:

- nas especificações técnicas definidas no Termo de Referência;
- em catálogos, fichas técnicas e documentos dos fabricantes;
- e, posteriormente, no momento do recebimento dos bens.

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





13.5. Verificação das Condições de Habilitação

Antes da contratação, será realizada a verificação da manutenção das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante consulta aos sistemas oficiais e análise da documentação apresentada.

A ausência de regularidade poderá ensejar a inabilitação ou a convocação do licitante subsequente, nos termos da legislação vigente.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pelas infrações cometidas no curso da licitação e da execução contratual, sujeitando-se às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 155 a 163, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

14.2. Constituem infrações administrativas, entre outras previstas na legislação aplicável:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento das unidades escolares ou ao interesse público;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – ensejar o retardamento da entrega dos bens sem motivo justificado;
- VII – apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- VIII – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- IX – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- X – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XI – praticar ato lesivo previsto na legislação aplicável.

14.3. Pelas infrações administrativas, a Administração poderá aplicar à contratada as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4. A sanção de advertência será aplicada quando a infração for de menor gravidade e não resultar em prejuízo relevante à Administração.





14.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras penalidades, conforme previsto neste Termo de Referência e no instrumento contratual, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.6. A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

- I – **multa moratória**, em caso de atraso injustificado na entrega dos bens (mobiliários, equipamentos, brinquedos e eletrodomésticos), fixada em até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- II – **multa compensatória**, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, fixada em até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicada quando o contratado incorrer nas infrações previstas na legislação, pelo prazo de até 03 (três) anos, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

14.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada nos casos de infrações graves, especialmente quando houver prática de fraude, comportamento inidôneo ou atos ilícitos, pelo prazo previsto na legislação vigente.

14.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- os danos causados à Administração;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- a conduta e o histórico da contratada;
- a reincidência.

14.10. A aplicação das sanções observará o devido processo legal, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

14.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser registradas nos sistemas oficiais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

14.12. A aplicação de sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral dos danos eventualmente causados à Administração Pública.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas por servidor(es) ou comissão formalmente designada pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao Fiscal do Contrato acompanhar e verificar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

15.2. Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:





- a) acompanhar a execução do objeto, verificando o fornecimento dos bens (mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio) em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) conferir, no ato da entrega, a integridade física dos bens, seu estado de conservação e compatibilidade com o objeto contratado;
- c) verificar se os itens entregues correspondem aos modelos, marcas e características constantes na proposta da contratada;
- d) avaliar, quando aplicável, o funcionamento dos equipamentos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, mediante testes básicos de operação;
- e) verificar a entrega de todos os acessórios, componentes, manuais técnicos e itens complementares necessários ao pleno uso dos bens;
- f) registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive atrasos, falhas na entrega, inconformidades técnicas ou defeitos apresentados;
- g) atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto, após a verificação do cumprimento integral das condições estabelecidas;
- h) notificar formalmente a contratada para correção de falhas, substituição de itens ou regularização de inconsistências, estabelecendo prazo para atendimento;
- i) acompanhar o cumprimento das obrigações relativas à garantia dos bens, inclusive quanto ao acionamento de assistência técnica, quando necessário;
- j) comunicar ao Gestor do Contrato quaisquer situações que possam comprometer a execução contratual ou demandar providências administrativas;
- k) subsidiar a Administração com informações necessárias à eventual aplicação de sanções administrativas.

15.3. O Fiscal do Contrato não terá poderes para alterar as condições contratuais nem para eximir a contratada de suas obrigações, permanecendo esta integralmente responsável pelo fornecimento adequado dos bens.

15.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade, funcionamento e conformidade dos bens fornecidos, permanecendo esta responsável por quaisquer defeitos ou irregularidades identificadas, inclusive após o recebimento definitivo.

15.5. Caberá ao Gestor do Contrato o acompanhamento geral da execução contratual, incluindo:

- a) coordenação das atividades de fiscalização;
- b) análise dos registros e relatórios de execução;
- c) verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada;
- d) adoção de providências administrativas em caso de descumprimento contratual.

15.6. O recebimento do objeto deverá observar:

- a) recebimento provisório no ato da entrega, mediante conferência inicial dos bens;
- b) recebimento definitivo após verificação detalhada da conformidade com as especificações técnicas, funcionamento (quando aplicável) e documentação.





MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48

E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

15.7. A execução contratual deverá ser devidamente registrada por meio de documentos administrativos, tais como notas fiscais, termos de recebimento, relatórios de conferência e demais registros que assegurem a rastreabilidade, transparência e controle da contratação.

16. TERMO DE CIÊNCIA DO FISCAL

Eu, **Amair Costa Faria**, declaro estar ciente de minha designação como Fiscal do Contrato referente ao objeto deste Termo de Referência. Comprometo-me a desempenhar minhas funções com diligência, imparcialidade e integridade, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais, o controle de prazos e a avaliação do desempenho da contratada. Estou ciente da importância de documentar todas as comunicações e ocorrências relacionadas ao contrato.



Assinatura Eletrônica por: Amair Costa Faria,
em: 08/05/2026 13:55:44 - Agente
Administrativo, CPF: ***.138.976**. Hash:
7cbbc409ec990f19c78c75bd1e06f215&t=int

Amair Costa Faria – Matríc.10

17. APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

17.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente dos arts. 47 e 48, a Administração Pública deverá promover tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e equiparadas, com vistas à ampliação da competitividade e ao desenvolvimento econômico local e regional.

17.2. Considerando as características do objeto da presente contratação, que envolve a **aquisição de mobiliários escolares, equipamentos pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio**, verifica-se a viabilidade de parcelamento em itens, tendo em vista que se tratam de bens distintos, autônomos e amplamente disponíveis no mercado.

17.3. Nesse contexto, será assegurada a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, sendo aplicáveis os seguintes benefícios legais:

- I – tratamento diferenciado e simplificado na participação do certame;
- II – possibilidade de regularização fiscal tardia, nos termos do art. 43 da LC nº 123/2006;
- III – aplicação do critério de desempate ficto, conforme arts. 44 e 45 da referida lei.

17.4. Quanto à reserva de cotas prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, registra-se que:

- **não será aplicada cota reservada**, tendo em vista que o objeto já se encontra devidamente parcelado em itens independentes, possibilitando a participação direta e competitiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





- a adoção de cotas reservadas, neste caso, **não se mostra vantajosa do ponto de vista técnico e econômico**, podendo gerar fragmentação desnecessária da contratação, aumento da complexidade na gestão contratual e risco de prejuízo à padronização dos itens;
- a divisão por itens já se mostra suficiente para garantir a ampla competitividade e o acesso das empresas de menor porte ao certame.

17.5. Ressalta-se que os bens a serem adquiridos possuem natureza comum, com ampla oferta no mercado, sendo disponibilizados por diversos fornecedores, inclusive Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o que reforça a adequação da modelagem adotada.

17.6. Dessa forma, conclui-se que a solução proposta atende aos princípios da isonomia, competitividade, economicidade e vantajosidade da contratação, bem como às diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006, promovendo a participação das empresas de menor porte sem prejuízo da eficiência administrativa.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A empresa contratada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em todas as fases do processo de contratação e da execução contratual. A falsidade de qualquer documento ou a prestação de informações inverídicas poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e das responsabilidades civil e penal previstas na legislação.

17.2. O eventual descumprimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da capacidade da contratada, a compreensão do objeto ou a execução da contratação não implicará, necessariamente, na aplicação de penalidades, desde que não haja prejuízo ao interesse público nem afronta aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e competitividade.

17.3. A Administração poderá revogar o processo de contratação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou mediante provocação de terceiros, assegurado o devido processo legal.

17.4. A contratada reconhece que a inexecução total ou parcial do objeto, bem como o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

17.5. A Administração providenciará a publicação do extrato do contrato e de eventuais termos aditivos nos meios oficiais de publicidade, em conformidade com a legislação vigente, garantindo a transparência e a publicidade dos atos administrativos.

17.6. Integram este Termo de Referência, para todos os fins, o Estudo Técnico Preliminar, a pesquisa de preços, as especificações técnicas dos bens (mobiliários escolares, equipamentos





MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48

E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

pedagógicos, brinquedos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de apoio) e demais documentos que instruem o processo administrativo de contratação.

17.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com fundamento na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006 e nas demais normas que regem as contratações públicas.

17.8. A execução do objeto deverá observar integralmente as normas técnicas e regulamentares aplicáveis aos bens fornecidos, especialmente quanto:

- às normas da ABNT aplicáveis ao mobiliário escolar;
- às certificações do INMETRO, quando exigidas;
- aos requisitos de segurança para brinquedos infantis;
- às normas sanitárias e de segurança para equipamentos de cozinha e eletrodomésticos;
- aos referenciais técnicos do FNDE/Proinfância, quando aplicáveis.

19. CONTATO DO DEMANDANTE PARA ESCLARECIMENTOS/DÚVIDAS SOBRE O OBJETO DA CONTRATAÇÃO

NOME: **Central de Planejamento, Coordenação, e Gestão de Contratações Públicas**

TELEFONE: **(37) 3412-2820**

E-MAIL: **gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**

Pimenta/MG, 06 de maio de 2026.



Assinatura Eletrônica por: Pablo Henrique da Costa, em: 08/05/2028 14:00:49 - Gerente de Seção de Contabilidade, CPF: ***.457.888**.
Hash:
fc490ca45c00b1249bbe3554a4fdf8fb&t=int

**Central de Planejamento, Coordenação,
e Gestão de Contratações Públicas – CPCG**



Assinatura Eletrônica por: Maria Gorete Araújo Costa, em: 08/05/2028 13:54:19 - Secretária Municipal de Educação, CPF: ***.378.838**.
Hash:
d9d4f495e875a2e075a1a4a8e1b9770f&t=int

**Maria Gorete de Araújo Costa
Secretaria Municipal de Educação**

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Pablo Henrique da Costa - na Data/Hora: 06/05/2026 13:58:28 - CPF: ***.457.666** - Cargo: Gerente de Seção de Contabilidade - Qualificado em: 05/01/2026 - Pelo Documento: Port. 2.543/ 2026 - Código de Autenticidade da Assinatura: fc490ca45c00b1249bbe3554a4fdf6fb, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 619967 - Nome do Documento: MOBILIÁRIOS ESCOLARES,EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS,BRINQUEDOS E - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Pablo Henrique da Costa - na data: 06/05/2026 14:00:49. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F6L7



ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Amair Costa Faria - na Data/Hora: 06/05/2026 13:58:28 - CPF: ***.138.976** - Ident.: **: M-3.802.9** - Cargo: Agente Administrativo - Qualificado em: 01/10/1994 - Pelo Documento: Matrícula 10-8 - Código de Autenticidade da Assinatura: 7cbbc409ec990f19c78c75bd1e06f215, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 619967 - Nome do Documento: MOBILIÁRIOS ESCOLARES,EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS,BRINQUEDOS E - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Amair Costa Faria - na data: 06/05/2026 13:55:44. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F6L7



ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Maria Gorete Araújo Costa - na Data/Hora: 06/05/2026 13:58:28 - CPF: ***.378.836** - Cargo: Secretária Municipal de Educação - Qualificado em: 04/01/2021 - Pelo Documento: Matrícula: 2702-0 - Código de Autenticidade da Assinatura: d9d4f495e875a2e075a1a4a6e1b9770f, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 619967 - Nome do Documento: MOBILIÁRIOS ESCOLARES,EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS,BRINQUEDOS E - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 06/05/2026, Neste ato assinado por: Maria Gorete Araújo Costa - na data: 06/05/2026 13:54:19. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W9S9F6L7

